



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

Raissa Mayara Tôca da Silva

**Bolsa Família, Endividamento e Inadimplência de Pessoas Físicas: Uma
análise para os Estados Brasileiros, 2016 a 2021**

JOÃO PESSOA

2024

Raissa Mayara Tôca da Silva

**Bolsa Família, Endividamento e Inadimplência de Pessoas Físicas: Uma
análise para os Estados Brasileiros, 2016 a 2021**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial à
obtenção do título de bacharel em
Ciências Econômicas pela
Universidade Federal da Paraíba.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Cláudia
Annegues da Silva.

JOÃO PESSOA

2024

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S586b Silva, Raissa Mayara Toca da.

Bolsa Família, endividamento e inadimplência de
pessoas físicas: uma análise para os Estados
Brasileiros, 2016 a 2021 / Raissa Mayara Toca da Silva.
- João Pessoa, 2024.
48 f. : il.

Orientação: Ana Cláudia Annegues da Silva.
TCC (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. Bolsa família. 2. Endividamento. 3.
Inadimplência. 4. Transferência de renda. I. Silva, Ana
Cláudia Annegues da. II. Título.

UFPB/CCSA

CDU 33

RAISSA MAYARA TÔCA DA SILVA

BOLSA FAMÍLIA, ENDIVIDAMENTO E INADIMPLÊNCIA DE PESSOAS FÍSICAS: UMA
ANÁLISE PARA OS ESTADOS BRASILEIROS, 2016 A 2021

Trabalho de Conclusão de Curso
como requisito parcial à obtenção do
título de bacharelado em Ciências
Econômicas pela Universidade
Federal da Paraíba.

Aprovado em: ___/___/_____.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Ana Cláudia Annegues da Silva (Orientadora)
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Prof. Dr. Wallace Patrick Santos de Farias Souza
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Prof. Dr. Hélio de Sousa Ramos Filho
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus todo meu agradecimento por ter me guiado até aqui, à Ele sou extremamente grata.

À minha família, meu pai (José da Silva Sobrinho), em especial a minha mãe (Marlene Tôca da Silva) pelo apoio emocional e por estar sempre ao meu lado, dando-me força. E não poderia esquecer dos meus amigos (Rômulo Lima, Leonardo Lopes, Arthur Marinho, Ericleston Medeiros e Guilherme Andrade), a amiga-irmã que o curso me deu à Vitória Carlos, aos amigos da residência universitária e aos meus parceiros de trabalho Lucas Bossan e Robert Figueiredo, sem vocês a jornada teria sido muito difícil.

Ao departamento e professores do Curso de Economia da UFPB, em especial a minha orientadora Dra. Ana Cláudia Annegues que contribuiu para a realização desse trabalho.

Meus sinceros agradecimentos a UFPB e a RUMF (Residência Universitária Masculina e Feminina) pela total assistência nesse período de estudo.

Não foi fácil chegar até aqui, mas com persistência e determinação tudo se conquista, basta acreditar, e eu acreditei.

RESUMO

O trabalho avalia os efeitos das transferências do Bolsa Família sobre inadimplência e endividamento das famílias brasileiras, considerando o período de 2016 a 2021. Utilizando um modelo econométrico de dados em painel para os estados brasileiros, a pesquisa adota uma abordagem quantitativa e descritiva para examinar a relação entre os repasses do Bolsa Família, taxa de desemprego, PIB per capita, taxa Selic, IPCA, oferta de crédito e nível de escolaridade, e as variáveis dependentes taxa de inadimplência e taxa de endividamento. Os resultados indicam que os programas de transferência de renda estão associados a uma redução no endividamento, sugerindo que eles podem atuar como um auxílio para interromper os ciclos de endividamento. Entretanto, não foi observado um efeito significativo direto sobre a inadimplência, possivelmente devido ao uso, por parte dos beneficiários, dos recursos para necessidades básicas em detrimento do pagamento de dívidas já contraídas. Com a inclusão de uma variável *dummy* representando o período da pandemia de COVID-19 (2020 e 2021), o total de transferências do Bolsa Família permaneceu negativa e significativa, onde maiores volumes de recursos pagos através do programa reduziram o endividamento. No entanto, não houve um acréscimo na intensidade desse efeito, pois a interação da *dummy* da pandemia e as transferências se mostrou estatisticamente não significativa. A pesquisa destaca a complexidade das atividades econômicas envolvidas, influenciadas também pela inflação, desemprego e outras condições socioeconômicas. A pesquisa conclui que o Bolsa Família pode ajudar a diminuir o endividamento das famílias, mas não é suficiente para reduzir a inadimplência, sugerindo a necessidade de políticas complementares, como educação financeira e suporte para renegociação de dívidas, para maximizar os efeitos positivos na saúde financeira das famílias.

Palavras-Chave: bolsa família; endividamento; inadimplência; transferência de renda.

ABSTRACT

This paper assesses the effects of Bolsa Família transfers on default and indebtedness of Brazilian families, considering the period from 2016 to 2021. Using an econometric model of panel data for Brazilian states, the research adopts a quantitative and descriptive approach to examine the relationship between Bolsa Família transfers, unemployment rate, GDP per capita, Selic rate, IPCA, credit supply and level of education, and the dependent variables default rate and indebtedness rate. The results indicate that income transfer programs are associated with a reduction in indebtedness, suggesting that they can act as an aid to interrupt debt cycles. However, a significant direct effect on default was not observed, possibly due to the use, by beneficiaries, of resources for basic needs to the detriment of paying debts already incurred. With the inclusion of a dummy variable representing the period of the COVID-19 pandemic (2020 and 2021), the total Bolsa Família transfers remained negative and significant, where higher volumes of resources paid through the program reduced indebtedness. However, there was no increase in the intensity of this effect, as the interaction of the pandemic dummy and transfers was not statistically significant. The research highlights the complexity of the economic activities involved, also influenced by inflation, unemployment, and other socioeconomic conditions. The research concludes that Bolsa Família can help reduce household indebtedness, but is not enough to reduce default, suggesting the need for complementary policies, such as financial education and support for debt renegotiation, to maximize the positive effects on household financial health.

Keywords: Bolsa Família; debt; delinquency; cash transfer.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	09
2. REFERENCIAL TEÓRICO	12
2.1 Endividamento e Inadimplência sob a Ótica Econômica	12
2.2 Programas de Transferência de Renda Condicionada no Brasil	15
3. ENDIVIDAMENTO E INADIMPLÊNCIA NO BRASIL: EVOLUÇÃO E ANÁLISE DESCRITIVA	19
4. METODOLOGIA	23
4.1 Modelo Econométrico.....	24
4.2 Base de dados	26
5. RESULTADOS E DISCUSSÃO	36
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
REFERÊNCIAS	44
ANEXO	48

1 INTRODUÇÃO

O superendividamento e a inadimplência se apresentam como problemas recorrentes entre as famílias brasileiras. Segundo dados da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC), em 2023 a taxa anual de endividados ficou em 77,8% da população e a inadimplência atingiu 29,5%. A mesma pesquisa em dezembro de 2021 mostrava que 66,3% dos consumidores estavam endividados (Agencia Brasil, 2021).

Por endividamento, segundo Marques e Frade (2003), entende-se como o montante que uma entidade deve, ou seja, o uso de fundos de terceiros para despesas pessoais, ou até mesmo o adiamento da dívida. Já a inadimplência é caracterizada pelo não cumprimento das condições estabelecidas em um acordo ou contrato (Barbosa *et al.*; 2023), ou seja, ocorre quando um consumidor se compromete a efetuar o pagamento de determinado valor em uma data acordada, porém, não consegue satisfazer essa obrigação financeira dentro do prazo estipulado.

Tanto o alto endividamento quanto a inadimplência podem ser gerados por uma conjunção de fatores. A falta de pagamento decorrente do excesso de dívidas é impactada por diversos elementos de ordem econômica, psicológica e sociológica (Barbosa *et al.*, 2023, p.54). De acordo com a OECD (2005), a origem das dívidas reside principalmente na carência de conhecimentos financeiros, e não somente na insuficiência de renda. Outros fatores podem estar relacionados à aspectos comportamentais ligados a hábitos, culturas e emoções.

Também há fatores de ordem econômica, como a insuficiência de renda e uma alta oferta de crédito. A redução na renda, dificulta o acesso ao consumo, de maneira que as famílias recorrem ao mercado de crédito para financiar despesas. O acesso ao crédito no Brasil se torna um dos principais vilões de pessoas que recorrem a essa modalidade como meio de facilitador de subsistência. De acordo com a PEIC 2022, após a pandemia, os consumidores aumentaram sua procura por crédito, mesmo diante de um cenário de elevação das taxas de juros. Isso é evidenciado pelo aumento na proporção de famílias

endividadas, que atingiu 78,9% entre aquelas com renda mensal de até dez salários-mínimos e 74,3% entre as que possuem renda superior a dez salários-mínimos (CNC, 2022).

O papel da renda sobre o endividamento e a inadimplência se torna ainda mais evidente durante crises econômicas. A crise mais recente foi gerada pela paralisação das atividades econômicas em razão da pandemia do coronavírus, em 2020. A pandemia de COVID-19 consistiu em uma das mais graves crises sanitárias da história recente. Entre dezembro de 2019, quando foi declarada oficialmente como uma pandemia pela Organização Mundial de Saúde (OMS), e fevereiro de 2022, foram contabilizados 407 milhões de casos da doença no mundo, com um total de 6,07 milhões de mortes.

No Brasil, somaram-se um total de quase 30 milhões de casos e 657 mil mortes. A principal ação adotada pelas autoridades para impedir e/ou minimizar a propagação da doença, foi a implementação de medidas de distanciamento social, as quais visavam à redução das interações entre indivíduos a partir da imposição de restrições à mobilidade de pessoas e à atividade econômica. Em razão disso, para além dos prejuízos à saúde e a perda de vidas, a pandemia iniciou uma grave crise econômica, gerando o fechamento de empresas e o aumento do desemprego, e consequentemente, a alta do endividamento e da inadimplência.

De acordo com o IBGE, houve um aumento na taxa de desocupação, de 11,9% em 2019, para 13,5% em 2020. Um dos efeitos da perda do emprego para as famílias está na diminuição ou mesmo na perda da renda familiar. Para os indivíduos que não dispõem de poupança, uma das saídas para manter seu padrão de consumo é o endividamento. Como consequência disso, presenciamos o aumento nas taxas de inadimplência, isto é, a situação na qual o indivíduo não cumpre com as suas obrigações financeiras.

Para dar suporte às famílias e indivíduos com insuficiência de renda gerada pela crise, o governo federal à época instituiu o Auxílio Emergencial - medida de proteção social sancionada sob a Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020 - garantindo, assim, o sustento temporário de várias famílias. A política social do

governo já contava com outros programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, resultado da junção de outros programas sociais anteriores (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), o Bolsa Escola e o Auxílio Gás).

Estes programas podem gerar efeitos sobre o endividamento e a inadimplência. É possível que estes tenham evitado um crescimento ainda maior de ambos, como também é possível que haja um reforço dos problemas, uma vez que há um estímulo ao consumo e, com isso, aumentam as chances de as famílias se endividarem ou se tornarem inadimplentes. É preciso olhar com cautela o papel das transferências de renda sobre o endividamento e a inadimplência, em especial nas situações em que esses programas são as únicas fontes de renda de algumas famílias para suprir suas necessidades. Seriam esses programas um reforço dos ciclos de endividamento ou um auxílio para interrompê-lo?

Nesse sentido, o objetivo desta pesquisa é investigar a possível influência de programas sociais de transferência de renda sobre as taxas de endividamento e a inadimplência. Geralmente algumas literaturas comumente analisa o papel de fatores macroeconômicos, porém fatores sociais como as transferências e a escolaridade também podem ser determinantes dos dois fenômenos. Para isso, utilizou-se dados de endividamento e inadimplência e do volume de pagamentos dos programas para os 27 estados da federação, entre os anos de 2016 e 2021. Tendo em vista que se trata de uma base de dados longitudinais, aplicou-se uma abordagem de regressão em painel, estimando-se um modelo *pooling* e um modelo de efeitos fixos. A análise com dados em painel permitirá identificar e incluir na análise econométrica padrões regionais e entender como as particularidades locais influenciam os efeitos das políticas sociais na inadimplência e no endividamento.

O presente estudo se torna relevante devido a vários fatores fundamentais, como o impacto econômico que a alta inadimplência pode causar na economia de um país; se a população está endividada, há grandes chances desse problema afetar o consumo, investimento e a poupança. A pandemia de COVID-19 continua a ter profundas repercussões nas diversas esferas da

sociedade, incluindo a econômica, social e educacional e, assim, pode aprofundar o excesso de endividamento e a inadimplência das famílias. Nesse sentido, procurou-se também investigar se durante a pandemia houve um crescimento na importância das transferências de renda quanto ao seu impacto no endividamento e na inadimplência. Para captar este efeito, inclui-se uma interação entre o valor total de pagamentos do bolsa família para os estados e uma variável *dummy* para os anos da pandemia.

A estrutura deste trabalho está organizada em mais cinco capítulos, além desta introdução, onde foi apresentada a contextualização do problema de pesquisa e os objetivos do estudo. O segundo capítulo revisa a literatura relevante, abordando o endividamento e a inadimplência sob diferentes perspectivas, bem como os programas de transferência de renda no Brasil. O terceiro capítulo realiza uma análise descritiva da evolução do endividamento e inadimplência no Brasil. No quarto capítulo, a metodologia utilizada na pesquisa é detalhada, incluindo a especificação do modelo econométrico adotado. O quinto capítulo apresenta os resultados da análise econométrica e sua discussão. Finalmente, o sexto capítulo traz as considerações finais, destacando as principais conclusões e implicações do estudo para a formulação de políticas públicas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Endividamento e Inadimplência sob a Ótica Econômica

Embora sejam conceitos relacionados, os fenômenos do endividamento e da inadimplência possuem diferenças. O endividamento se refere às obrigações financeiras que não foram concretizadas, enquanto a inadimplência se refere a falta de recursos para concretizar o pagamento dessas obrigações financeiras. “De acordo com Herling *et al.* (2013), o sujeito torna-se inadimplente devido aos impactos que sofre constantemente na sua renda” (Bortoluzzi, *et al.*; 2015, p.114). Durante períodos de crise as pessoas podem enfrentar

dificuldades financeiras, perdendo empregos ou observando uma diminuição na renda disponível, o que pode levar ao endividamento.

O agente econômico pode incorrer em endividamento ou inadimplência por razões diversas, dentre elas, modificações da sua renda disponível, choques na economia, situações conjunturais e questões tipicamente comportamentais. Essa subseção vai tratar de como cada um desses aspectos se correlacionam com o endividamento.

As decisões de consumo dependem de vários fatores, Blanchard (2004) destaca como principal determinante, a renda, mais precisamente, a renda disponível. Quando a renda aumenta, as pessoas adquirem mais bens e serviços e, quando esta diminui, consomem menos.

O aumento do desemprego também contribui com o aumento de endividados e inadimplentes. É possível observar que durante crises econômicas, como no caso mais recente da pandemia do Coronavírus, verificou-se um crescimento do número de desempregados “(...) Em 2019, último ano antes de começar a pandemia, o desemprego era de 11,8%, e chegou a alcançar 14% em 2021, pico da série” (Agência Brasil, 2024). Logo, em períodos de crise, a queda transitória ou não da renda disponível tende a aumentar a chance de o indivíduo vivenciar situações de endividamento ou inadimplência.

De acordo com Chu (2001), tem-se a questão microeconômica, onde o agente econômico é incapaz de fazer bom uso de seus recursos por falta de educação financeira, ou seja, relaciona-se ao comportamento individual do agente, e há também as questões de ordem macroeconômica que será analisada nessa pesquisa, que se refere a aspectos gerais da economia de um país, que afetam todos os agentes e que podem contribuir para que haja altas taxas de inadimplência.

Outra questão diz respeito à relação com a facilidade na obtenção de crédito. Segundo Brusky e Magalhães (2007), com a criação do Plano Real e o controle da inflação, o crédito se tornou a principal fonte de uso dos consumidores. Com a antecipação do consumo que o crédito viabiliza, ele pode ser visto como um fator determinante na economia de um país, pois pode impulsionar o aumento do consumo e da demanda agregada e, com isso,

contribuir com o crescimento da produção agregada. “(..) o maior acesso ao crédito vem contribuindo para que os cidadãos contraiam dívidas em volumes cada vez maiores para sustentar o seu consumo (Souza, 2013)” (Bortoluzzi, et.al.; 2015, p.116).

O nível de escolaridade dos indivíduos se torna um fator relevante para explicar a inadimplência, conforme destaca a autora Souza (2017):

O nível de escolaridade dos indivíduos, segundo o estudo de Alfaro e Gallardo (2012), foi determinante para explicar a inadimplência de hipotecas de famílias no Chile. Segundo o autor, o nível de escolaridade é determinante para a renda e é um fator utilizado pelos bancos no momento da concessão de crédito: quanto mais alta a escolaridade do indivíduo, mais fácil o acesso ao crédito hipotecário.
(Souza, Renata Kelli de; 2017, p.23)

Assim, a oferta facilitada de crédito se torna um dos principais pontos negativos da vida financeira dos consumidores quando usado erroneamente, podendo levar ao excesso de endividamento, sobretudo em um ambiente de altas taxas de juros, como no caso do Brasil, podendo se converter em inadimplência.

No âmbito da Economia Comportamental, o ser humano toma suas decisões baseadas nos seus hábitos, culturas, ideologias ou emoções. Um dos pioneiros nos estudos sobre endividamento sob a ótica econômica/psicológica, foi o autor George Katona (1975 apud MALMANN et.al.,2009), o autor explica que há três razões para uma pessoa gastar mais do que ganha:

(...) a primeira é quando o indivíduo pertence a uma classe social de baixa renda onde nem sequer consegue cobrir despesas essenciais; a segunda equivale a pessoas de alta renda, combinada com um forte desejo de gastar e a terceira razão corresponde a falta de vontade em economizar independente de que nível social a pessoa faça parte.
(Lucena, W. G et.al.,2014 p.97)

Muitas pessoas vivem e reivindicam sua necessidade de exibir valor social e status em um domínio de consumo supérfluo, perdendo assim o controle sobre suas escolhas e comportamento financeiro. Isso ocorre frequentemente

impulsionado pelo simples desejo ou pretexto de pertencer a uma classe social mais elevada (Macêdo, 2016).

2.2 Programas de Transferência de Renda Condicionada no Brasil

Os programas de transferência condicional de renda, são políticas públicas inseridas nas redes de proteção social, surgindo na América Latina nos anos 1990. Resumidamente, consistem em políticas públicas que promovem a transferência de recursos para famílias ou indivíduos em vulnerabilidade, sendo escolhidos com base no cumprimento de certas condições pré-estabelecidas. Essas condições geralmente incluem compromissos relacionados à saúde, educação ou participação em atividades comunitárias.

No Brasil, um dos programas mais importantes é o Bolsa Família (Nazareno; Vasconcelos; 2015), sendo resultado da junção de outros programas de transferência já existentes. Ao final do segundo mandato do governo Fernando Henrique Cardoso em 2002, foram implementadas diversas iniciativas visando aprimorar a renda e a qualidade de vida da parcela mais desfavorecida da população. Essas iniciativas políticas incluíam programas como o PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil), Bolsa escola, Bolsa Alimentação, Auxílio Gás, Sentinela e Agente Jovem.

O governo Luíz Inácio Lula da Silva, instituiu, em 2004, o Bolsa Família, onde integra os programas sociais existentes:

O Bolsa Família tem dois objetivos básicos: combater a miséria e a exclusão social, e promover a emancipação das famílias mais pobres. Uma das novidades do programa em relação a iniciativas similares anteriores foi a unificação de todos os benefícios sociais do governo federal (Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação e Auxílio Gás) em um único programa. O objetivo da unificação foi garantir maior agilidade na liberação do dinheiro, reduzir a burocracia e melhorar o controle dos recursos.

(Weissheimer, Marco Aurélio; 2006, p.25)

O Bolsa família se firmou como um programa de destaque, promovendo a unificação e fortalecimento de iniciativas de transferências de recursos

anteriores, acompanhado pelo aumento dos valores dos benefícios. Atualmente, o gerenciamento do programa se dá por meio do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), em parceria com os estados e municípios, cabendo às prefeituras a responsabilidade pelo cadastro das famílias e pela atualização da base de dados do Cadastro Único.

De acordo Weissheimer (2006), o Bolsa Família é reconhecido como o principal programa social da América Latina entre as iniciativas mais recentes, fundamentado no conceito de "transferência condicional de dinheiro" (CCT, abreviação em inglês para Conditional Cash Transfer). Para receberem o benefício, as famílias precisam atender às seguintes condicionalidades:

As famílias devem participar de ações no acompanhamento de saúde e do estado nutricional dos filhos, matricular e acompanhar a frequência escolar das crianças no ensino fundamental e participar de ações de educação alimentar. Com base nas informações do Cadastro Único elaborado pelas prefeituras, o MDS seleciona as famílias a serem beneficiadas. O controle social sobre o programa é exercido mediante a constituição de Comissões Municipais intersetoriais e paritárias. A Caixa Econômica Federal (CEF) é o agente operador do cadastro e do pagamento dos benefícios. (Weissheimer, Marco Aurélio; 2006, p.25)

A crise do "coronavírus" ocasionou uma desaceleração na economia em todo o mundo, o que demandou a instituição de políticas temporárias e emergenciais nas três esferas, Federal, estadual e Municipal para minimizar as consequências da crise.

No aspecto econômico a crise gerou um impacto negativo global. Segundo Amitrano, Magalhães e Silva (2020) houve impactos na oferta de trabalho (isolamento social, fechamento temporário das empresas), na produtividade dos trabalhadores e nas cadeias produtivas (redução da atividade econômica), e na demanda agregada, através de impactos negativos no consumo das famílias (em decorrência da redução da renda) e nos investimentos.

Como medida de emergência, foi protocolado pelo governo federal uma ajuda de R\$ 600,00 para pessoas físicas, o Auxílio Emergencial. Tal medida visava a ajuda a população, em especial de baixa renda, cuja renda familiar foi

afetada pela crise econômica que se seguiu à interrupção das atividades econômicas. No início, foram 3 parcelas de 600,00 para desempregados e/ou trabalhadores informais, e 3 parcelas de 1.200,00 para mães solteiras chefe de família; prorrogado para mais 2 parcelas, resultando em 3.000,00 no total para quem recebe 600,00 e 6.000,00 para quem recebe 1.200,00 (Brasil, 2020).

Diante do cenário de empobrecimento, aumento das mortes por covid-19 e o aumento do desemprego, o Auxílio Emergencial desempenhou uma importante função para estancar a piora da crise; durante sua vigência, beneficiou 67,9 milhões de trabalhadores, assegurando níveis mínimos de subsistência (Sordi, 2023). Dessa maneira, a distribuição de recursos por parte do Governo Federal do Brasil às famílias, através da implementação do Auxílio Emergencial, desempenhou um papel crucial na redução dos impactos da pandemia, especialmente no que diz respeito ao padrão de consumo das famílias.

A amplitude e resultado do auxílio contribuíram para a mudança do Bolsa Família para o Auxílio Brasil.

Mais que uma mudança técnica de um programa para outro, temos não só o encerramento do PBF, mas o encerramento da coesão social em torno das formas para o combate à pobreza e à extrema pobreza no país. Não se tratou de mera substituição de um programa por outro. (...) e o Auxílio Brasil reativou, por exemplo, debates em torno de vouchers ligados ao acesso à educação e à alimentação.
(Sordi, Denise de; 2023, p.11).

A mudança reacendeu debates sobre o uso de vouchers para proporcionar acesso à educação e alimentação, renovando as estratégias para lidar com as questões relacionadas a pobreza.

Os autores Costa, *et al.* (2014) analisaram o impacto do Bolsa Família na renda e nas horas trabalhadas, ao qual concluem que o programa Bolsa família influenciou negativamente no mercado de trabalho, pois alguns grupos de famílias passaram a diminuir as horas trabalhadas. Mas ressalta que esse fator negativo possa ser advindo de outras características específicas do mercado de trabalho.

Para Costa, *et.al.*, (2014) esse efeito pode ser explicado pela visão microeconômica, onde Tavares (2008) aborda o “efeito preguiça” sendo resultado da interação entre o efeito-renda e o efeito substituição, cada um atuando em direção oposta. Contudo, Tavares (2008) em sua pesquisa sobre o efeito do programa bolsa família sobre a oferta de trabalho das mães, ressalta que a participação no programa parece ter um efeito positivo sobre as decisões de trabalho das mães.

Embora o benefício possa ter inicialmente um efeito de redução do trabalho (efeito-renda negativo), isso é compensado pelo incentivo positivo que o programa oferece às mães para trabalhar mais (efeito da participação no programa sobre as decisões de trabalho das mães é positivo), especialmente devido à redução do trabalho infantil graças ao aumento da frequência escolar (efeito-substituição).

As medidas de redistribuição de renda podem exercer influências consideráveis sobre os níveis de dívida e falta de pagamento, cuja magnitude varia conforme a forma de execução dessas políticas e outras condições econômicas e sociais em jogo. Um dos efeitos positivos da transferência de renda seria na redução da inadimplência, mas um dos efeitos negativos estaria relacionado à dependência contínua do programa, pois desincentivaria a busca por oportunidade de emprego.

Poucos trabalhos na literatura estudam a relação do Bolsa Família com aspectos das decisões financeiras dos seus usuários. No Brasil, único trabalho encontrado foi o realizado por Campara e Vieira (2016). As autoras aplicaram um questionário para 595 beneficiários do programa e analisaram a situação financeira de uma população-alvo beneficiadas pelo bolsa família na Mesorregião Centro Ocidental Rio-Grandense, e os resultados revelaram que 36,5% conseguem pagar suas despesas, mas não têm recursos para comprar itens extras, e 32,5% não conseguem pagar todas as suas despesas resultando na acumulação de contas. A situação se torna preocupante porque a maioria dos beneficiários do bolsa família evidência gastar mais do que ganha (53,1%), e o dinheiro recebido do Programa Bolsa Família é totalmente comprometido no momento do recebimento (53,8%) ou é gasto na primeira semana (27,8%).

Podemos observar vários fatores preocupantes como a acumulação de contas, o que indica uma situação de vulnerabilidade financeira sugerindo um padrão de endividamento preocupante. O fato de que o dinheiro do Bolsa família é rapidamente consumido na primeira semana de recebimento aponta a falta da capacidade de planejamento financeiro, evidenciando a necessidade de intervenções que visem a educação financeira e o apoio para a geração de renda sustentável entre os beneficiários.

3 ENDIVIDAMENTO E INADIMPLÊNCIA NO BRASIL: EVOLUÇÃO E ANÁLISE DESCRITIVA

Este capítulo traz uma análise descritiva do endividamento e inadimplência no Brasil, mostrando a situação atual e sua evolução no tempo, particularmente no período 2016 a 2021. Para tanto, são considerados a interferência de diversos fatos econômicos, pois trata-se de uma linha do tempo marcada por diversos acontecimentos sociais e políticos com importantes impactos sobre o endividamento e a inadimplência, como a alta do desemprego, inflação, ajustes fiscais, aumento da taxa de juros, crise política e sanitária. A análise referida será feita de acordo com os dados obtidos do relatório anual da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) 2022.

No gráfico 1, é possível observar um aumento gradual no percentual de famílias endividadas. De 2016 a 2018, de acordo com a Peic, atingimos os menores níveis percentuais de endividamento. O nível de endividamento médio das famílias aumentou no pós-pandemia, passando de 63,60% em 2019, para 70,90% em 2021.

Em 2020, evidencia-se o aumento em todas as categorias, especialmente nas famílias sem condições de pagar (66,50% endividadas, 25,50% com contas em atraso, 11,00% sem condições de pagar), consequentemente causado pela própria crise pandêmica em todo o mundo, onde afetou a renda dos brasileiros, deixando o mercado de trabalho tanto formal quanto informal fragilizado, além da alta inflação no país. Em 2021 há uma redução nas contas em atraso e nas

famílias sem condições de pagar, possivelmente devido a medidas de auxílio emergencial.

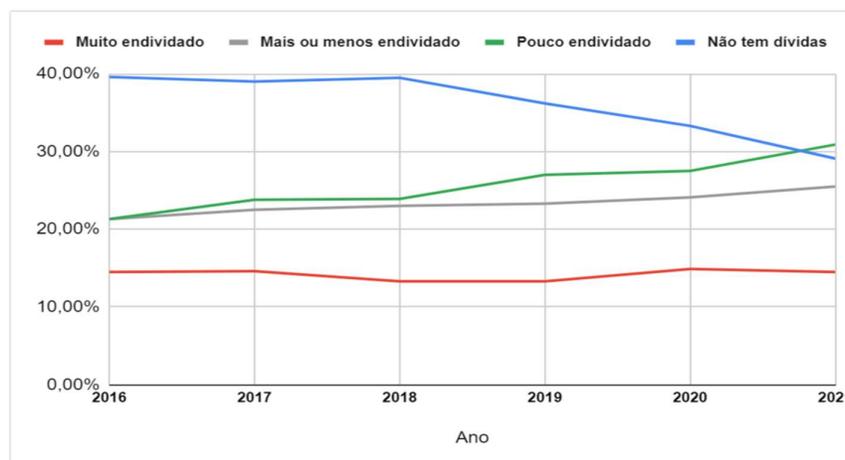
Gráfico 1. Percentual de famílias Endividadas no Brasil



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Peic/CNC

De 2016 a 2019, ocorreu um decréscimo no nível de percepção entre as famílias “muito endividadas”, com um aumento de 1,6 pontos percentuais no ano de 2019 para 2020, e um redução de 0,4 pontos de 2020 para 2021.

Em 2020 tem-se o maior percentual de famílias muito endividadas, 14,9%. Para as famílias mais ou menos endividadas observa-se um aumento gradativo, onde no ano de 2021 alcançou-se o maior nível, com 25,50%, o mesmo comportamento de aumento gradual observa-se nas famílias com pouco endividamento. Para as famílias que não possuem dívidas há uma diminuição gradativa, passando de 39,60%, no ano de 2016, para 29,10% para o ano de 2021.

Gráfico 2. Percepção sobre o nível de endividamento no Brasil

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Peic/CNC

A tabela 3 revela o cartão de crédito como a modalidade de dívida mais citada pelas famílias. O aumento de 4,6 pontos percentuais de 2018 a 2021 mostra que a modalidade de cartão de crédito é a principal forma de endividamento das famílias. A redução da taxa de juros em 2018 surge como um dos principais impulsionadores do aumento do consumo na modalidade de créditos, pois quanto menor a taxa de juros, menor será os custos com o crédito, ao qual incentiva a produção e o consumo.

No pós-pandemia o aumento do uso do crédito pode ser explicado como fonte de recomposição de renda para as famílias mais pobres. Outro fator é a entrada das chamadas fintechs que aumentou a difusão e facilitação do uso de crédito, mesmo o Brasil oferecendo a maior taxa de juros de mercado.

Tabela 3. Percentual médio de famílias endividadas no Brasil- Tipos de dívidas

Tipos de Dívidas	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Cartão de Crédito	77,10%	76,70%	76,90%	78,70%	78,00%	82,60%
Cheque Especial	7,20%	6,70%	5,80%	5,90%	5,90%	5,60%
Cheque Pré-datado	1,70%	1,40%	1,10%	1,90%	0,90%	1,00%
Crédito Consignado	5,40%	5,60%	5,60%	5,50%	6,60%	6,50%
Crédito Pessoal	10,30%	10,30%	9,40%	8,20%	8,50%	9,00%
Carnês	15,40%	15,70%	15,40%	15,30%	16,80%	18,10%
Financiamento de Carro	11,20%	10,20%	10,50%	9,90%	10,70%	11,60%
Financiamento de Casa	7,90%	8,20%	8,70%	8,70%	9,50%	9,10%
Outras Dívidas	2,40%	2,60%	3,00%	2,40%	2,20%	2,30%

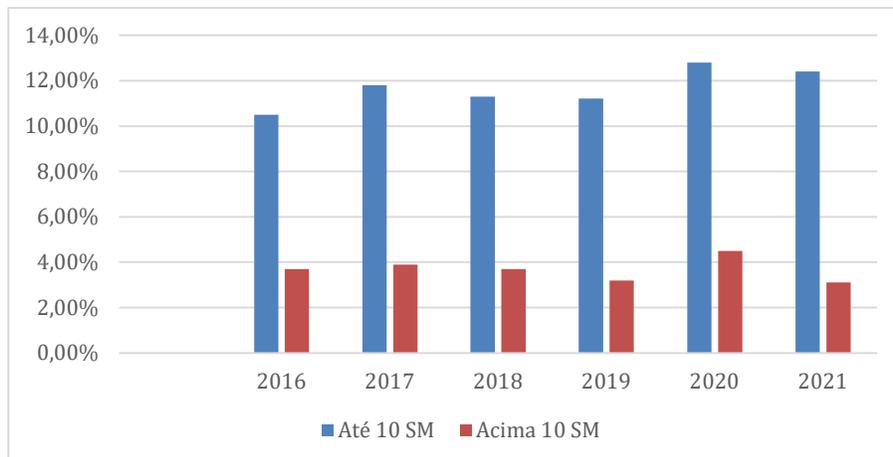
Não sabe	0,10%	0,10%	0,10%	0,20%	0,20%	0,30%
Não respondeu	0,10%	0,10%	0,20%	0,10%	0,10%	0,00%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Peic/CNC

A quantidade de famílias endividadadas com cheque especial diminuiu no decorrer de 2017 a 2021, o mesmo aconteceu com as modalidades de cheque pré-datado e crédito pessoal. O crédito consignado é bastante utilizado por servidores públicos e aposentados devido as suas taxas de juros baixas. Esse tipo de modalidade se mostrou estável durante os anos estudados, mas mostra um leve aumento entre os anos de 2018 a 2021. A segunda categoria de dívida que apresentou o maior crescimento entre os endividados foi o financiamento de imóveis.

Analisando a inadimplência por faixa de renda, as famílias com rendimento de até 10 salários-mínimos, apresentam um percentual mais alto em comparação com as famílias que ganham acima de 10 salários-mínimos. No ano de 2016, observa-se uma clara disparidade inicial entre as duas faixas de renda, com as famílias de renda mais baixa apresentando uma inadimplência quase três vezes maior.

Em 2017 houve um aumento geral no nível de inadimplência, possivelmente como consequência da forte crise econômica, durante os anos de 2018 a 2019, houve uma leve redução, como mostrado no gráfico 1. Em 2020, com o impacto da pandemia, houve um aumento significativo na inadimplência entre as famílias de renda até 10 salários-mínimos, atingindo um pico de 12,80%. Em 2021 há uma rápida redução na inadimplência geral e entre famílias de renda até 10 salários-mínimos, em comparação a 2020, com uma queda notável na inadimplência das famílias de renda mais alta.

Gráfico 4. Inadimplência – Por Renda

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Peic/CNC

As famílias com renda até 10 salários-mínimos são mais vulneráveis à inadimplência, especialmente durante períodos de crise econômica, como a pandemia de COVID-19 em 2020. Em contraste, famílias com renda acima de 10 salários-mínimos, demonstram maior estabilidade financeira e menor propensão à inadimplência.

4 METODOLOGIA

Esta pesquisa adota uma abordagem quantitativa e descritiva, centrada na coleta e análise de dados numéricos para descrever e analisar relações entre as variáveis. A pesquisa busca identificar padrões, tendências e características quantificáveis dentro do escopo do estudo.

Segundo Gil (2019) a pesquisa consiste em quatro fases principais: elaboração do plano, obtenção de informações, análise e interpretação, e redação do relatório. O planejamento envolve antecipar ações para atingir objetivos de pesquisa e garantir os recursos necessários. Ele responde às perguntas: o que, como, quando, onde e por que pesquisar, obtendo dados de várias fontes, que devem ser analisados e interpretados para ganhar significado.

Na economia a macroeconomia procura explicar as questões que afetam a todos os indivíduos, tais como recessão, desemprego e inflação. Através de

relações entre as variáveis econômicas agregadas é possível avaliar o comportamento dos dados sobre essas variáveis. A estimação econométrica, consegue verificar essas relações, a partir de dados empíricos, retirados das estatísticas econômicas reais.

4.1 Modelo Econométrico

A metodologia adotada empregará a abordagem de dados em painel, onde serão utilizadas estimativas por Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) para dados em painel, nos mesmos moldes da análise feita por Souza (2017), onde a autora avalia os fatores determinantes da inadimplência dos estados brasileiros. Neste método, as variáveis independentes são usadas para prever a variável dependente, e os coeficientes de regressão são estimados minimizando a soma dos quadrados dos resíduos.

Examinando as variáveis em dados em painéis, pretende-se estimar as variáveis pelo modelo de efeitos fixos. De acordo com Wooldridge (2006), um conjunto de dados em painéis consiste em uma série de tempo para cada membro de corte transversal do conjunto de dados.

Especificando, i = unidade e t = períodos, α_i representa os efeitos específicos que não variam ao longo do tempo e ε_{it} o termo de erro.

Modelo de efeito fixo:

$$Y_{it} = \alpha_i + \beta X_{it} + \varepsilon_{it} \quad (1)$$

Onde:

Y_{it} = Variável dependente observada para o indivíduo no tempo

β = Matriz de parâmetros $K \times 1$

X_{it} = Vetor regressor variante no tempo $1 \times K$

α_i = Efeito fixo

ε_{it} = Termo de erro

A principal característica desse modelo é tratar os efeitos específicos (α_i) como variáveis aleatórias não observadas e correlacionadas com algum X_{it} .

Nessa pesquisa, serão estimados dois modelos em painel com um efeito fixo, um tendo como variável dependente a taxa de inadimplência e o segundo o nível de endividamento. Ambos apresentam as seguintes especificações:

$$\begin{aligned}
 IND_{it} = & \beta_0 + \beta_1 transf_{it} + \beta_2 EDV_{it} + \beta_3 txdesemp_{it} + \beta_4 pibper_{it} + \\
 & \beta_5 oc_{it} + \beta_6 Educ_{it} + \beta_7 selic_t + \beta_8 ipca_t + \alpha_i + \\
 & u_{it}
 \end{aligned} \tag{2}$$

$$\begin{aligned}
 EDV_{it} = & \beta_0 + \beta_1 transf_{it} + \beta_2 txdesemp_{it} + \beta_3 pibper_{it} + \beta_4 oc_{it} \\
 & + \beta_5 Educ_{it} + \beta_6 selic_t + \beta_7 ipca_t + \alpha_i + u_{it}
 \end{aligned} \tag{3}$$

Onde:

IND_{it} = Taxa de inadimplência do estado i no ano t

EDV_{it} = Nível de Endividamento do estado i no ano t

$transf_{it}$ = Volume de transferências de renda (Bolsa família) para o estado i no ano t

$txdesemp_{it}$ = Taxa de desemprego para o estado i no ano t

$pibper_{it}$ = PIB per capita estadual no ano t

oc_{it} = Oferta de crédito no estado i no ano t

$Educ_{it}$ = Nível médio de educação da população de 25 anos ou mais no estado i no ano t

$ipca_t$ = Índice de Preços ao Consumidor Amplo no ano t

$selic_t$ = Taxa Selic no ano t

α_i = Efeito fixo

u_{it} = Termo de erro

Outra questão que se pretende investigar é a importância dos programas sociais durante a pandemia. Para isso, foi estimada uma outra especificação incluindo uma variável *dummy* com valor 1 para os anos de 2020 e 2021, anos marcados pela crise econômica da pandemia de COVID-19, e a interação desta com a variável do total de transferências do Bolsa Família. O coeficiente estimado da interação mostrará o efeito da pandemia sobre o impacto que o Bolsa Família gera no endividamento:

$$\begin{aligned}
 IND_{it} = & \beta_0 + \beta_1 transf_{it} + \beta_2 EDV_{it} + \beta_3 txdesemp_{it} + \beta_4 pibper_{it} + \\
 & \beta_5 oc_{it} + \beta_6 Educ_{it} + \beta_7 selic_t + \beta_8 ipca_t + \beta_9 pandemia + \\
 & \beta_{10} transf_{it}XPandemia + \alpha_i + \\
 & u_{it}
 \end{aligned} \tag{4}$$

$$\begin{aligned}
 EDV_{it} = & \beta_0 + \beta_1 transf_{it} + \beta_2 txdesemp_{it} + \beta_3 pibper_{it} + \beta_4 oc_{it} + \\
 & \beta_5 Educ_{it} + \beta_6 selic_t + \beta_7 ipca_t + \beta_8 pandemia + \\
 & \beta_9 transf_{it}XPandemia + \alpha_i + u_{it}
 \end{aligned} \tag{5}$$

A análise em painel oferece a flexibilidade de relaxar e comparar os pressupostos subjacentes à análise de corte transversal. Isso é alcançado através de dois aspectos principais: controlar a heterogeneidade não observada (capturando a variação ao longo do tempo) e o uso de defasagens como variáveis instrumentais em modelos dinâmicos, além de investigar a variação individual dos diferentes indicadores entre os casos de interesse.

Na estimação serão utilizados os logaritmos das variáveis, como forma de reduzir as diferenças de escalas. Além disso, num modelo em log os coeficientes são interpretados como elasticidades, facilitando a compreensão dos efeitos das variáveis.

4.2 Base de Dados

Os dados formam um painel com informações dos 27 estados da federação, devido a falta de dados do PIB per capita para os anos de 2022 a diante, o período estudado se estende de 2016 a 2021, formando um total de 162 observações, onde pretende-se examinar como o Bolsa Família e características demográficas e sociais influenciam a inadimplência e o endividamento. Estas duas são medidas por meio do percentual de indivíduos inadimplentes e endividados.

O quadro 1 traz um resumo das variáveis com as suas respectivas fontes, que compreendem o Banco Central, PEIC/CNC, MDS, IBGE e SNIPC. As variáveis em valores monetários (Bolsa família, PIB per capita estadual e saldo das operações de crédito) foram deflacionadas através do IPCA do ano de 2016 para obtenção da variação real dos efeitos do comportamento dessas variáveis.

Quadro 1. Informações das variáveis

TIPO DE VARIÁVEL	VARIÁVEL	NOTAÇÃO DOS DADOS	FONTE DOS DADOS
INDEPENDENTE	INADIMPLÊNCIA	PERCENTUAL	BANCO CENTRAL
	ENDIVIDAMENTO	PERCENTUAL	PEIC/CNC
DEPENDENTE	REPASSES DO BOLSA FAMÍLIA	VALOR ABSOLUTO	MDS
	IPCA	PERCENTUAL	IBGE / SNIPC
	TAXA SELIC	PERCENTUAL	BANCO CENTRAL
	SALDO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR ABSOLUTO	BANCO CENTRAL
	PIB PERCAPITA	VALOR ABSOLUTO	(IBGE)
	NÍVEL DE ESTUDO	PERCENTUAL	IBGE / PNAD Contínua
	TAXA DE DESEMPREGO	PERCENTUAL	IBGE / PNAD Contínua

Fonte: Elaboração própria

A tabela 6 apresenta as estatísticas descritivas do conjunto de variáveis estudadas, para o total de todos os anos e estados. A taxa de endividamento média dos estados foi de 66,48%, isso indica que há um percentual relevante das famílias brasileiras que possuem algum tipo de dívida. Com um desvio

padrão de 11,01%, possui uma variação significativa na taxa de endividamento entre os estados, com um mínimo de 31,40% e um máximo de 90,42%. A mediana de 66,07% sugere que a distribuição é relativamente simétrica em torno da média. A taxa de inadimplência média foi de 3,52%, com um desvio padrão de 0,85%, indicando que a inadimplência teve pouca variação entre os estados. A mediana de 3,56% está próxima da média, sugerindo uma distribuição equilibrada. Os valores extremos variaram entre 1,82% e 5,74%, e o erro padrão foi de 0,07%.

O valor total do repasse do Bolsa Família variou significativamente, com uma média de R\$ 89.154.741,71 e um desvio padrão elevado de 81.701.565,43. A mediana de R\$ 58.273.041,42 sugere que a maioria dos estados recebeu menos do que a média, e os valores oscilaram entre R\$ 8.698.751,36 e R\$ 324.058.102,60. O erro padrão de 6.419.081,22 reflete a grande dispersão dos valores.

Tabela 6. Estatística Descritiva das variáveis (2016-2021)

Variável	Média	Desvio padrão	Mediana	Mínimo	Máximo
Txendiv	66.48	11.01	66.07	31.40	90.42
Soc	45554.03	3663.88	45127.00	39230.00	50273.00
Txinadimp	3.52	0.85	3.56	1.82	5.74
Txselic	7.07	3.71	6.65	1.90	13.65
vtBF	89154741.71	81701565.43	58273041.42	8698751.36	324058102.60
Txipca	5.17	2.22	4.34	2.91	9.63
Txdesemp	12.55	3.24	12.65	5.50	20.20
Anoestudos	9.16	1.02	9.16	7.21	12.20
Pibpercapita	9.69	0.78	9.79	8.33	1.068000e+01

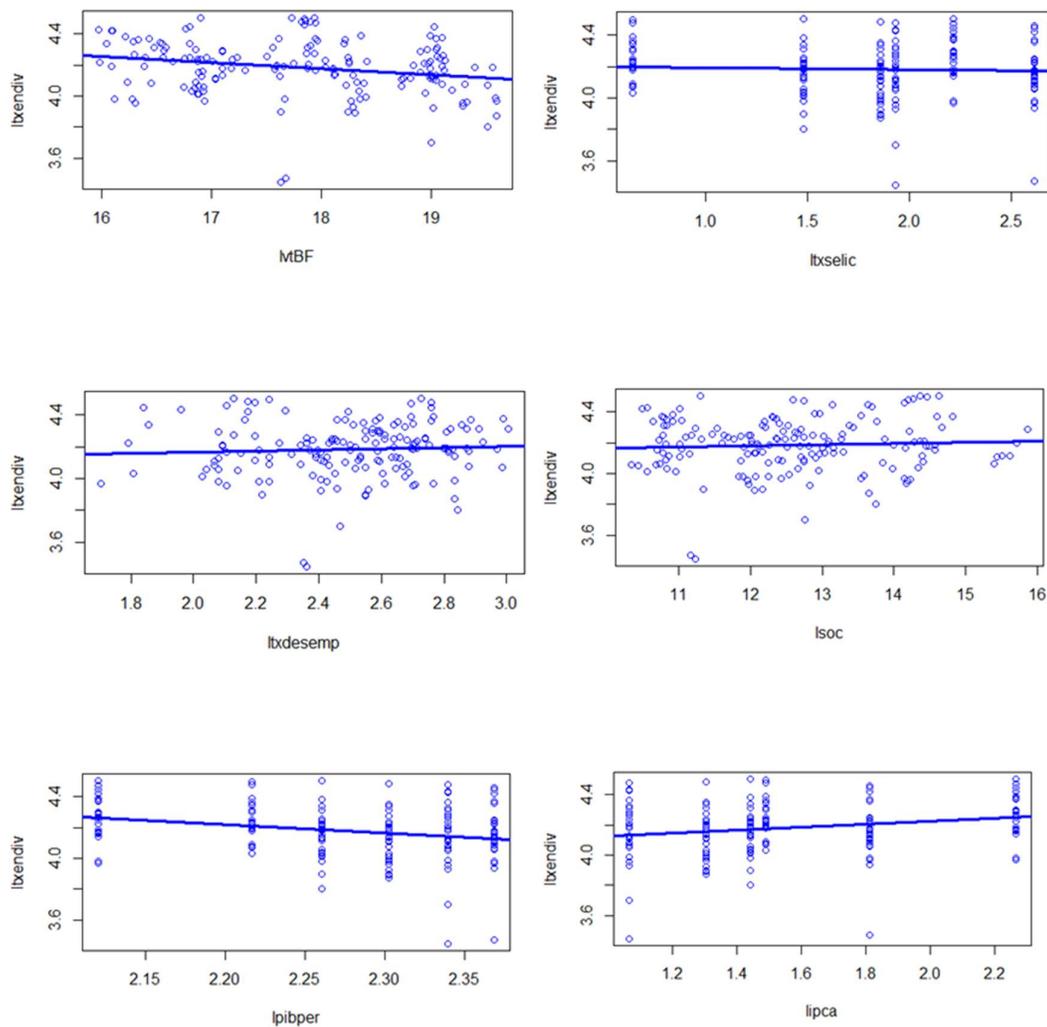
Fonte: Elaboração própria com base nos dados

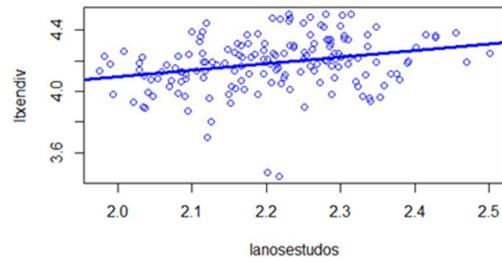
Nota: a variável "Soc" representa a variável "oc" na estimação, referente ao "Saldo das operações de crédito"; a variável "vtBF" representa a variável "transf" na estimação, representando o "Valor total de repasse do Bolsa Família"; a variável "anos estudos" representa a variável "Educ" na estimação, representando o "Nível de estudo".

A figura 1 mostra os gráficos de dispersão, indicando a relação visual entre endividamento e inadimplência e a relação de ambas com as variáveis explicativas. O gráfico de dispersão representa visualmente a relação entre duas variáveis nos conjuntos de dados. Ele é usado como um indicador da correlação entre as variáveis, podendo esta ser positiva, negativa ou aparentemente inexistente.

Na relação do endividamento e bolsa família, a dispersão e a inclinação da linha de tendência indicam que pode haver uma correlação negativa fraca entre $lvtBF$ (log do valor total do repasse do bolsa família) e $ltxendiv$ (log da taxa de endividamento). A linha de regressão indica uma ligeira tendência de $ltxendiv$ diminuir à medida que $lvtBF$ aumenta, mas a dispersão dos pontos sugere que essa tendência não é muito destacada.

Figura 1. Gráficos de dispersão (Endividamento)

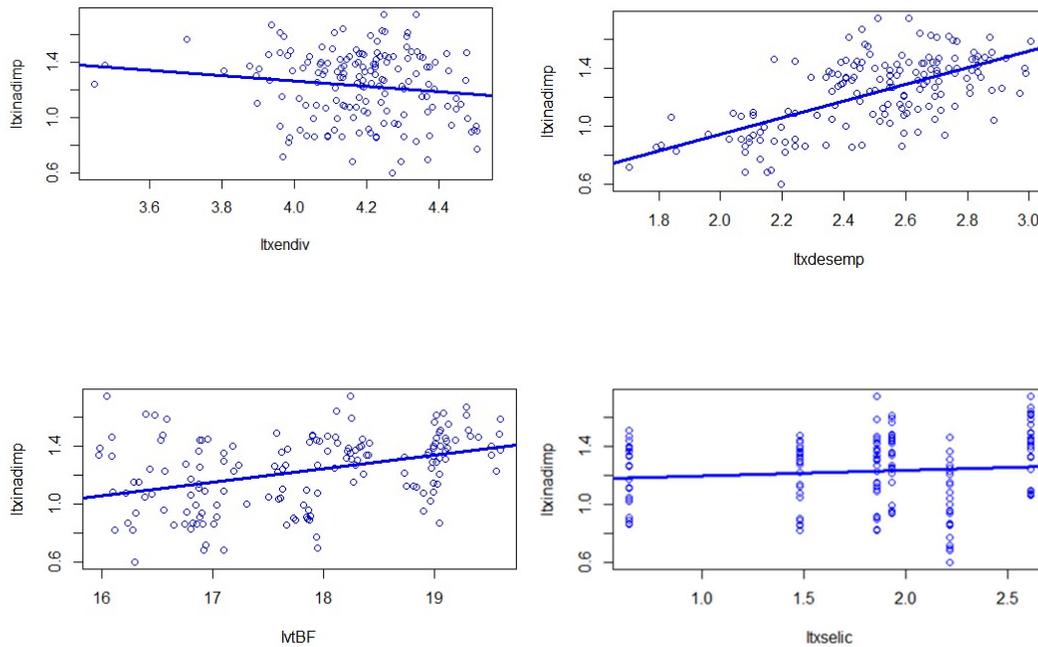


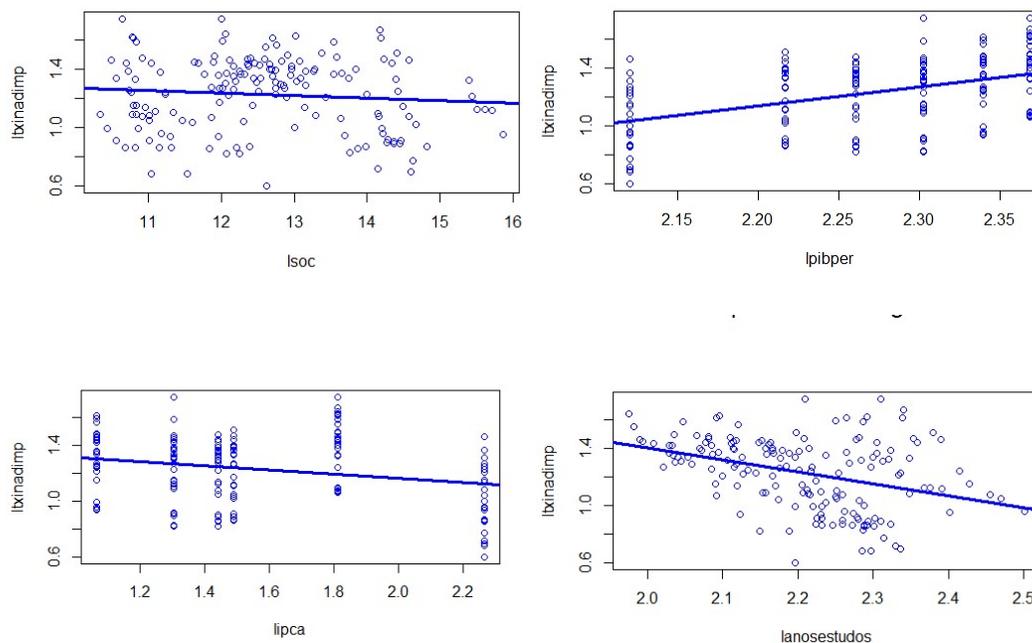


Fonte: elaboração própria com base nos dados

Na variável de interesse $ltxinadimp$ (log da taxa de inadimplência) e $lvtBF$ a inclinação da reta é positiva, sugerindo que, à medida que $lvtBF$ aumenta a $ltxinadimp$ também tende a aumentar. Este comportamento sugere uma correlação positiva entre as variáveis, indicando que $lvtBF$ e $ltxinadimp$ estão positivamente associados. No entanto, a dispersão dos pontos ao redor da linha de regressão indica que essa relação, embora positiva, não é perfeita.

Figura 2. Gráficos de dispersão (Inadimplência)



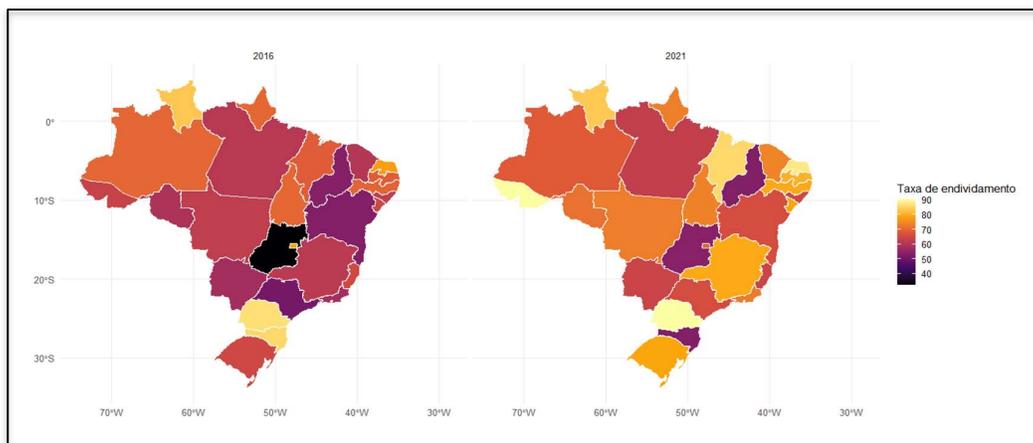


Fonte: elaboração própria com base nos dados

Analisando a taxa de endividamento total de pessoas físicas por estado, para o ano de 2016, têm-se os estados do PR (Paraná), SC (Santa Catarina), RR (Roraima) e DF (Distrito Federal), apresentando nível de endividamento relativamente alto, em torno de 75-80%, GO (Goiás) tem um nível de endividamento notavelmente mais baixa, aproximadamente 25,5%, enquanto os outros estados apresentaram níveis de endividamentos entre 50% e 75%, conforme a figura 6.

Os anos seguintes até metade de 2019, foram marcados por uma recuperação lenta na economia brasileira, controle da inflação, redução gradual da taxa Selic e diminuição da taxa de desocupação. O ano de 2020 foi marcado pela pandemia do COVID-19, aumento de inflação, taxa Selic e desemprego atingindo negativamente a situação dos brasileiros. A crise econômica de 2020 forçou muitas famílias a contraírem dívidas para sustentar suas necessidades básicas. Em 2021 os estados do Ac (Acre) e PR (Paraná), apresentam os maiores níveis de endividamento, acima de 80%. Diferenciando do ano de 2016, observa-se um aumento no nível de endividamento em todos os estados brasileiros.

Figura 6. Mapa da taxa de endividamento por Estado do ano de 2016 e 2021

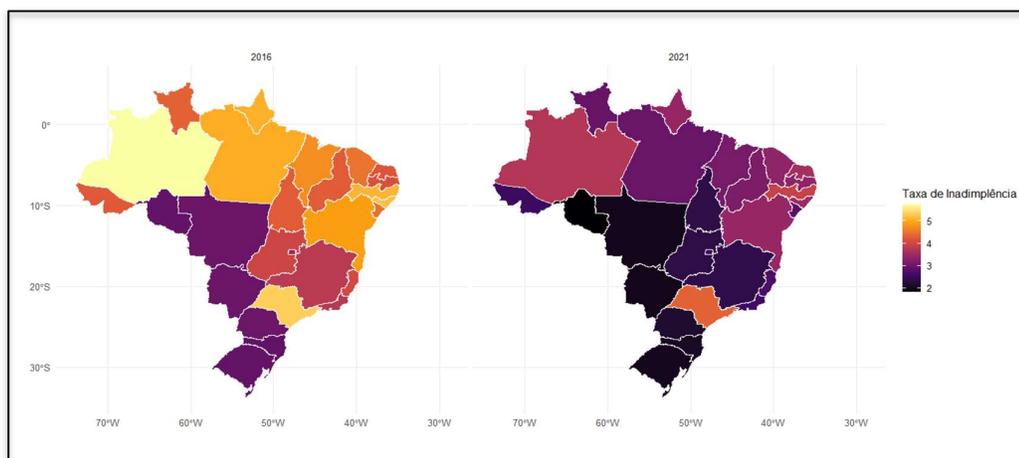


Fonte: Elaboração própria com base nos dados

Com relação à taxa de inadimplência, a figura 7 mostra que os estados com maiores taxas são AM (Amazonas), AP (Amapá), AL (Alagoas) e SP (São Paulo), apresentando taxas próximas a 6%. O estado do PA (Pará) e PE (Pernambuco) apresentaram níveis próximos a 5,5%. Os estados que apresentaram as menores taxas foram RO (Rondônia), RS (Rio Grande do Sul) com níveis próximos a 3%, e SC (Santa Catarina), mesmo apresentando altos níveis de endividamento, significando que boa parte da população conseguiu quitar suas dívidas atrasadas.

Em 2021 o estado que apresentou maior taxa de inadimplência foi SP (São Paulo), chegando próximo a 5%. A taxa de inadimplência por estado se manteve abaixo dos 5%, diferente do ano de 2016, onde muitos estados ficaram acima dos 5%. O alto nível de endividamento das famílias em 2021 pode ser um reflexo direto das dificuldades econômicas enfrentadas em 2020.

Figura 7. Mapa da taxa de inadimplência por Estado do ano de 2016 e 2021



Fonte: Elaboração própria com base nos dados

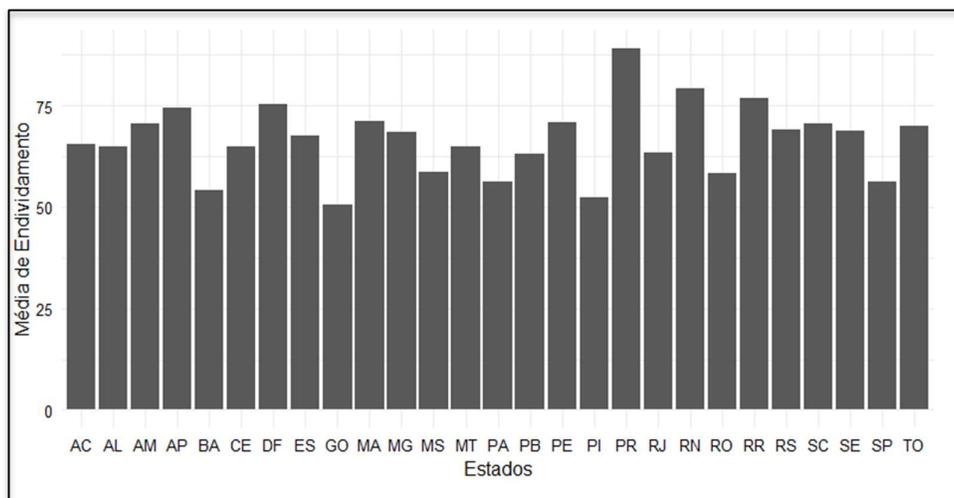
Esse resultado pode ser explicado pela crise que o país enfrentou, caracterizada por recessão, onde a inflação atingiu 10,67% em 2015¹, permanecendo elevada em 2016. Como resposta, o Banco Central determinou aumentos na taxa Selic para tentar controlar a inflação. A taxa de desemprego subiu para 12% no último trimestre de 2016². Além da crise econômica, houve o impacto da crise política na economia, com problemas fiscais, e os escândalos políticos, afetando a confiança dos investidores e consumidores.

Na figura 8, observa-se que para a média de endividamento 2016-2021, os estados do PR (Paraná), RN (Rio Grande do Norte) e RR (Roraima), apresentam as maiores médias de endividamento, ultrapassando os 75% das famílias endividadas.

¹ Informação retirada do Relatório anual 2015 do Banco Central

² Informação retirada do site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

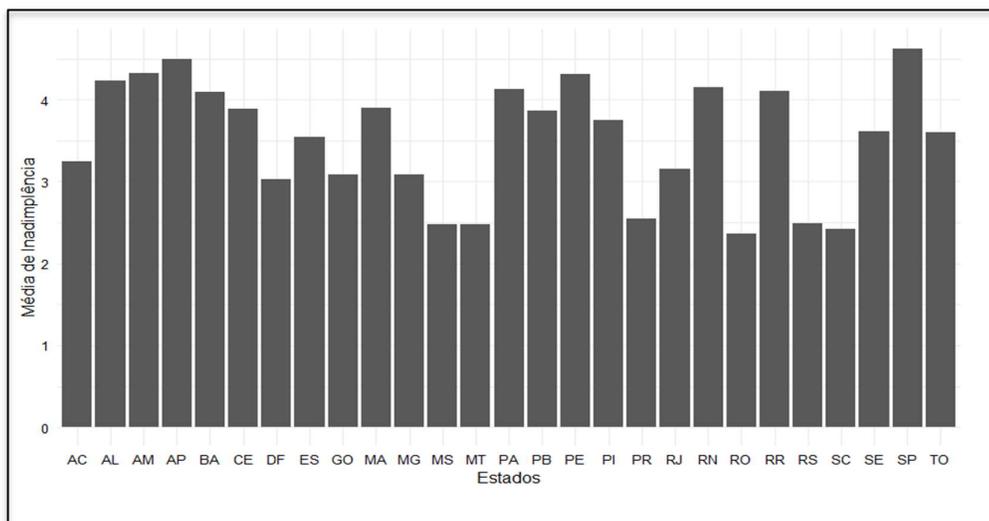
Figura 8. Média geral de endividamento por Estado (2016-2021)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados

Já os estados que apresentaram maiores médias de inadimplência 2016-2021, foram SP (São Paulo) e AP (Amapá). O estado do Paraná mesmo apresentando as maiores médias de endividamento, houve diminuição da média de inadimplência, conforme mostra a figura 9, podendo indicar que as famílias conseguiram concretizar suas dívidas.

Figura 9. Média geral de inadimplência por estado (2016-2021)



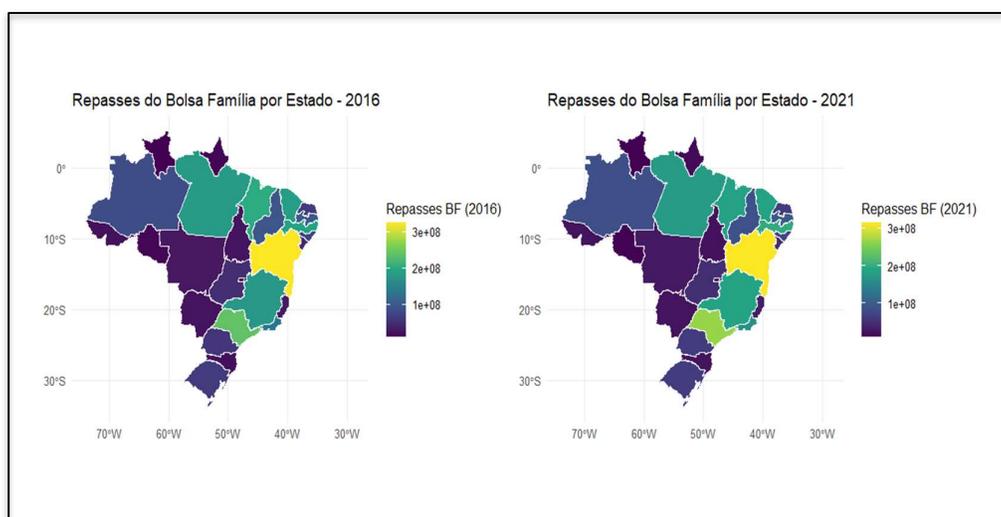
Fonte: Elaboração própria com base nos dados

O mapa da figura 10 apresenta a distribuição do volume de repasses do Bolsa Família entre os estados. Nota-se que houve pouca variação geográfica na distribuição. Variando de tons mais escuros (representando valores menores)

a tons mais claros (representando valores maiores), o mapa revela que o Estado da Bahia (BA) nos dois períodos de 2016 e 2021, foi o estado que mais recebeu repasse do programa de transferência, seguidos dos estados de São Paulo (SP), Pernambuco (PE), Minas Gerais (MG), Rio de Janeiro (RJ), Pará (PA) Maranhão (MA) e Ceará (CE).

Dos estados que receberam menos repasses do programa de transferência, destacam-se os estados do Espírito Santo (ES), Santa Catarina (SC), Mato Grosso do Sul (MS), Tocantins (TO), Acre (AC), Rondônia (RO), Amapá (AP) e Roraima (RR) além de Alagoas (AL) e Sergipe (SE).

Figura 10. Mapa de distribuição de repasse do PBF



Fonte: Elaboração própria com base nos dados

O estado da Bahia, mesmo sendo o estado que mais recebeu repasses do programa, apresenta níveis medianos de endividamento entre 2016-2021, comparado aos outros estados, conforme a figura 8, mas apresenta uma média alta de inadimplência. Ao contrário do estado do Paraná que recebeu pouco repasse do programa, apresentando nível alto de endividamento, mas baixa inadimplência, conforme mostra a figura 9. O estado de São Paulo, apresenta um nível baixo de endividamento, mas um alto indicador de inadimplência, sendo também o segundo estado que recebeu mais repasse do programa Bolsa Família.

Importante ressaltar que a análise desses mapas consiste em um diagnóstico preliminar, que não leva em conta as diferenças em outras variáveis, como a escolaridade e a renda. Estas serão incluídas como variáveis de controle, conforme explanado no modelo econométrico.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para a seleção do modelo de estimação em painel, foi realizado o Teste de Chow. Conforme a tabela 7, o valor do resultado F para o modelo de endividamento foi igual a 8.1808, com o p-valor pequeno, rejeita-se a hipótese nula, ou seja, há evidências estatísticas fortes para acreditar que existem efeitos individuais significativos.

Com base no modelo estimado, as variáveis *vtBF* (valor total do repasse do Bolsa Família) e *lipca* (IPCA) são estatisticamente significativas, onde um aumento de 1% no valor do repasse do Bolsa Família, está associado a uma redução de 0.44% no endividamento. No IPCA por sua vez, um aumento de 1% na inflação (IPCA) está associado a um aumento de aproximadamente 0.10% no endividamento das famílias. Quando o IPCA sobe ocorre o aumento de preços de bens e serviços. O que pode levar as famílias a diminuir seu consumo, mas podendo aumentar a necessidade de crédito para cobrir despesas.

Souza (2017) analisa o papel de algumas destas variáveis sobre a inadimplência especificamente e não sobre o endividamento. A autora encontra um efeito positivo do IPCA, considerando tanto a diminuição do poder de compra quanto o custo real da dívida. Esta explicação também pode ser considerada para justificar o efeito positivo sobre endividamento, uma vez que o aumento de preços reduz a quantidade potencial de bens e serviços acessíveis a uma dada renda, impulsionando a busca por crédito para manter o poder de compra.

A variável *txdesemp* (taxa de desemprego) é estatisticamente significativa a nível de 10%, obtendo uma relação positiva com o endividamento, observa-se que um aumento de 1% na taxa de desemprego, está associado a um aumento de 0.18% no endividamento. O desemprego tende a elevar o endividamento, as famílias perdem sua fonte de renda o que pode ocasionar na

necessidade de recorrer a empréstimos ou créditos para cobrir suas necessidades básicas. A autora Souza (2017) enfatiza que uma redução na renda causada pelo desemprego não é facilmente manejada pelas famílias. Portanto, ambos os resultados são consistentes ao apontar que o desemprego afeta negativamente a capacidade das famílias de evitar o endividamento.

As outras variáveis não apresentaram significância. O R^2 indica que aproximadamente 23,5% da variação na taxa de endividamento é explicada pelo modelo, o teste F é significativo, indicando que o modelo é estatisticamente significativo como um todo.

Tabela 7. Resultado dos Modelos Econométricos

Variáveis	Endividamento		Inadimplência	
	Efeito Fixo	Efeito Pooled	Efeito Fixo	Efeito Pooled
(Intercept)	-	0.4469 (8.966)	-	-6.4839 (7.241)
Ltxendiv	-	-	-0.0651 (0.0544)	-0.0128 (0.0650)
LvtBF	-0.4449* (0.1791)	-0.0390** (0.0144)	0.0268 (0.1129)	0.0275* (0.0119)
Ltxdesemp	0.1864. (0.1096)	0.0945. (0.0522)	0.1837** (0.0683)	0.6086*** (0.0426)
Ltxselic	-0.0003 (0.0258)	-0.0136 (0.0337)	-0.0767*** (0.0159)	-0.0613* (0.0272)
Lpibper	-0.1944 (1.035)	-0.5470 (1.081)	2.9895*** (0.6380)	2.1896* (0.8739)
Lipca	0.1005* (0.0449)	0.0864 (0.0658)	0.1638*** (0.0282)	0.1845*** (0.0535)
Lsoc	0.0536 (0.9108)	0.4440 (10.576)	-1.0859. (0.5611)	-0.0809 (0.8546)
Lanosestudos	0.0956 (0.7080)	0.2557. (0.1339)	-0.2998 (0.4362)	-0.1162 (0.1094)
R^2	0.23498	0.16231	0.78839	0.73418
F teste (p-valor)	5.61664 (1.1496e-05)	4.26268 (0.0002483)	59.1458 (2.22e-16)	52.8229 (2.22e-16)
Teste de Chow: F test = 8.1808, p-value= 2.2e-16		F test 17.482, p-value= 2.2e-16		

Fonte: Elaboração própria com base nos dados

Nota: Erro-padrão entre parênteses. ***p-valor < 0,01. **p-valor < 0,05. *p-valor < 0,10.

O Teste F para inadimplência, conforme a tabela 7, foi de 17.482 com o *p-value* extremamente pequeno, mais uma vez rejeita-se a hipótese nula. A nível de significância dos coeficientes, a variável *lsoc* (oferta de crédito) se mostrou estatisticamente significativo a um nível de 1%, onde obtêm um efeito positivo

sobre a inadimplência, esse resultado sugere que um aumento na oferta de crédito pode estar associado a uma redução de 1,08% na inadimplência.

As variáveis *lipca* (IPCA), *ltxdesemp* (taxa de desemprego) e *lpibper* (PIB Percapita) se mostraram estatisticamente significativas, ambas têm um efeito positivo sobre a inadimplência, onde um aumento de 1% do IPCA (inflação), aumenta aproximadamente 0,16% na inadimplência. Um aumento de 1% do desemprego estar associado a um aumento aproximadamente de 0,18%, e um aumento de 1% no PIB *percapita* aumenta em aproximadamente 2,98% a inadimplência. Adicionalmente, na pesquisa de (Souza 2017), o desemprego também foi a variável cujo coeficiente teve o maior impacto sobre a inadimplência, indicando que um aumento na taxa de desemprego está fortemente associado ao aumento da inadimplência, pois as famílias enfrentam maior dificuldade em honrar suas dívidas quando perdem sua principal fonte de renda.

Não há uma análise direta no estudo de Souza (2017) sobre o impacto do PIB per capita especificamente na inadimplência. No entanto, o estudo trata de como variáveis macroeconômicas, incluindo fatores como crescimento econômico e condições gerais de recessão, podem afetar a inadimplência. A dissertação indica que durante períodos de crescimento econômico, há uma expansão de crédito que, se mal administrada, pode levar a um aumento na inadimplência em períodos subsequentes de recessão.

O aumento da inadimplência mediante o aumento do PIB per capita, pode advir do aumento de consumo, pois com uma maior renda disponível as famílias podem mudar seus padrões de consumo, gerando um ambiente de otimismo, assumindo mais dívidas, aumentando o risco de inadimplência caso a renda não acompanhe os gastos excessivos. Mediante a crises, os consumidores endividados podem encontrar dificuldades para cumprir suas obrigações financeiras, levando à inadimplência.

A variável *txselic* (Taxa Selic) se mostrou estatisticamente significativa, um aumento de 1% na taxa Selic está associado a uma redução de aproximadamente 0.076% na taxa de inadimplência. O aumento da taxa Selic visa a redução da inflação, outra atribuição é o encarecimento do custo de crédito

o que faz diminuir a demanda por empréstimos e financiamentos, além do incentivo a poupança, com mais recursos poupados, as famílias têm uma reserva financeira maior para lidar com suas obrigações, o que pode reduzir a inadimplência. Todas essas atribuições podem ter um efeito disciplinador sobre o comportamento de consumidores. A variável *lvtBF* não apresentou significância. O R^2 indica que o modelo explica cerca de 78,8% da variação na inadimplência, o teste F é significativo, indicando que o modelo é estatisticamente relevante.

Na relação sobre Bolsa Família e endividamento/inadimplência, verifica-se que o Bolsa Família tem um efeito significativo sobre o endividamento das famílias, o que sugere que o programa pode atuar como um auxílio para diminuir o endividamento das famílias. Embora o programa de transferência não tenha mostrado um efeito direto significativo sobre a inadimplência, o Bolsa Família atua como um suporte financeiro que pode ser usado para cobrir necessidades básicas e despesas diárias. Com mais recursos disponíveis, as famílias podem reduzir sua dependência de crédito e evitar o endividamento, mas não é efetivo ou suficiente para aqueles que já apresentam dívidas não pagas. Além disso, há uma hierarquia de importância nos gastos das famílias, nos quais as despesas de subsistência ganham prioridade, frente ao pagamento de dívidas atrasadas.

Outro fator é que independente de receberem ou não o Bolsa família, essas famílias já estariam mais propensas a se tornarem inadimplentes. A confirmação desta tese, estaria melhor embasada através de uma análise com dados por indivíduos, a ser considerada para eventuais pesquisas futuras.

Analisando a importância do repasse do Bolsa Família durante o período da pandemia do COVID-19 (2020-2021) sobre o endividamento, o termo de interação entre a *dummy* da pandemia e o Bolsa Família não é estatisticamente significativa, conforme mostra a tabela 8. Ou seja, a importância das transferências do programa sobre o endividamento não aumentou nem diminuiu significativamente durante esse período.

A variável *lvtBF* sozinha é negativa e estatisticamente significativa, indicando que maiores transferências estavam associadas a uma redução no endividamento antes ou durante a pandemia. No entanto, não há evidência de

um efeito adicional significativo da pandemia, conforme indicado pelo termo de interação.

O R^2 indica que o modelo explica cerca de 27,5% da variação no endividamento, o teste F é significativo, indicando que o modelo é estatisticamente relevante.

Tabela 8. Resultado dos Modelos Econométricos – Dummy de Pandemia

Variáveis	Endividamento		Inadimplência	
	Efeito Fixo	Efeito Pooled	Efeito Fixo	Efeito Pooled
(Intercept)	-	-3.2289 (9.4648)	-	-6.3478 (7.7031)
Ltxendiv	-	-	-0.1052. (0.0538)	-0.0158 (0.0659)
LvtBF	-0.5400** (0.1865)	-0.0455** (0.0154)	-0.0275 (0.1164)	0.0249. (0.0128)
Ltxdesemp	0.0677 (0.1166)	0.0854 (0.0524)	0.0990 (0.0706)	0.6079*** (0.0430)
Ltxselic	-0.1640* (0.0745)	-0.1174 (0.1014)	-0.1790*** (0.0459)	-0.0529 (0.0828)
Lpibper	1.2498 (1.2136)	0.5459 (1.5148)	3.8231*** (0.7368)	2.0710. (1.2329)
Lipca	0.1368** (0.0471)	0.1114 (0.0696)	0.1888*** (0.0294)	0.1828** (0.0571)
Lsoc	0.4581 (0.9069)	0.5797 (1.0591)	-0.7860 (0.5488)	0.0984 (0.8625)
Lanosestudos	0.0354 (0.6956)	0.2481. (0.1337)	-0.3226 (0.4205)	-0.1169 (0.1100)
Pandemia	-0.1593 (0.4471)	-0.4854 (0.6509)	-0.4365 (0.2704)	-0.3068 (0.5305)
PandemiaXBF	0.0314 (0.0233)	0.0414 (0.0341)	0.0383** (0.0142)	0.0160 (0.0279)
R^2	0.27501	0.17646	0.8069	0.73479
F teste (p-valor)	5.31068 (3.8735e-06)	3.61887 (0.00040965)	52.2344 (2.22e-16)	41.8351 (2.22e-16)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados

Nota: Erro-padrão entre parênteses. ***p-valor < 0,01. **p-valor < 0,05. *p-valor < 0,10.

No modelo de inadimplência, o termo de interação PandemiaXBF tem um coeficiente positivo e estatisticamente significativo, embora o Bolsa Família não tenha efeito significativo. O R^2 indica que o modelo explica cerca de 80,7% da variação na inadimplência, o teste F é significativo, indicando que o modelo é estatisticamente relevante.

O Bolsa Família demonstrou ser mais eficaz na redução do endividamento do que na redução da inadimplência. Isso pode indicar que, embora as transferências de renda tenham ajudado a controlar o acúmulo de novas dívidas, elas foram insuficientes para evitar o aumento da inadimplência, possivelmente devido à pressão econômica adicional gerada pela pandemia.

O fato é que um repasse regular do Bolsa Família pode proporcionar uma sensação de segurança financeira o que pode ser crucial para melhorar a saúde financeira das famílias. Mas o impacto do programa pode variar dependendo do contexto econômico e social, o que pode explicar a variação nos coeficientes entre os modelos.

Isso evidencia a necessidade de políticas complementares que possam atuar em conjunto com o Bolsa Família, oferecendo suporte adicional para a renegociação de dívidas e a educação financeira, permitindo que as famílias beneficiárias possam não apenas sair da inadimplência, mas também construir uma base financeira mais sólida a longo prazo. A integração de estratégias de inclusão financeira com programas de transferência de renda pode ser essencial para maximizar o impacto positivo na redução do endividamento e na prevenção da inadimplência.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo avaliar se os programas de transferência, atuam como um reforço dos ciclos de endividamento e inadimplência ou um auxílio para interrompê-los. Para isso, estimou-se um modelo de dados em painel com informações dos estados brasileiros, sobre endividamento e inadimplência e demais variáveis, de 2016 a 2021.

A análise descritiva dos níveis de endividamento e inadimplência das famílias por estado revelou importantes variações entre 2016 e 2021. Em 2016, destacaram-se estados como Paraná, Santa Catarina, Roraima e Distrito Federal com elevados níveis de endividamento, enquanto Goiás apresentou um nível mais baixo. A taxa de inadimplência foi maior nos estados do Amazonas,

Amapá, Alagoas e São Paulo, e mais baixa em Rondônia e Rio Grande do Sul. Esse resultado reflete o impacto adverso da crise econômica e política enfrentada pelo Brasil naquele período, caracterizada por alta inflação, recessão e aumento da taxa de desemprego.

Nos anos seguintes, a recuperação econômica lenta foi interrompida pela pandemia de COVID-19 em 2020, que agravou a situação financeira das famílias, levando a um aumento generalizado no endividamento. Em 2021, observou-se um aumento no endividamento e uma redução nas taxas de inadimplência, provavelmente pelo efeito da pandemia no endividamento, pela redução da renda, aumento do desemprego, entre outros fatores.

Os resultados econométricos indicaram que os programas de transferências estão associados a uma redução no endividamento das famílias, sugerindo seu papel como um auxílio para interromper ciclos de endividamento. No entanto, fatores como inflação e desemprego mostraram efeitos positivos sobre a inadimplência, indicando a complexidade das dinâmicas econômicas envolvidas. Durante o período da pandemia, a interação *dummy* da pandemia e o programa de transferência, não houve uma mudança significativa no impacto do Bolsa Família sobre o endividamento, embora o Bolsa Família tenha continuado a ajudar na redução do endividamento, a pandemia não alterou substancialmente esse efeito. O efeito do Bolsa Família na inadimplência se mostrou não significativo também durante a pandemia.

O estudo se mostra relevante para a formulação de políticas públicas, indicando que os programas de transferência condicional, como o caso do Bolsa Família, podem ajudar a evitar um aumento de endividamento das famílias, mostrando que não apenas a política monetária possui papel relevante na questão, mas também as políticas fiscal e social. Assim, o presente estudo permite uma compreensão mais global das dinâmicas da inadimplência de pessoas físicas na carteira de crédito, ao mesmo tempo em que lança luz sobre o papel das políticas de transferências de renda, especialmente em períodos de crise como o da pandemia de COVID-19.

A pesquisa apresenta limitações, dentre elas um estudo mais profundo com informações por indivíduos. No entanto, os dados disponíveis, para cada estado do Brasil permitiu introduzir uma maior variabilidade na análise. Outra limitação é a possibilidade de variáveis omitidas que podem influenciar os resultados. Estudos futuros poderiam explorar outras variáveis econômicas e sociais que possam influenciar o endividamento e inadimplência, assim como o uso de métodos econométricos mais robustos podem proporcionar uma compreensão mais precisa do papel das transferências.

O estudo visa contribuir com informações valiosas para acadêmicos, formuladores de políticas, economistas e profissionais da área de economia, bem como para o público em geral, contribuindo para uma melhor compreensão, e produção de evidências para a literatura empírica de endividamento das famílias. Em suma, o Bolsa Família parece desempenhar um papel positivo na redução do endividamento das famílias brasileiras, embora a inadimplência seja influenciada por uma série mais ampla de fatores econômicos. Este trabalho reforça a importância de programas de transferência de renda como um instrumento de política pública eficaz para melhorar a saúde financeira das famílias.

REFERÊNCIAS

ABRITA, Mateus Boldrine; GONÇALVES, Gercina. Racionalidade econômica e as modernas teorias de tomada de decisão: um debate teórico. **Anais - Encontro científico de administração, economia e contabilidade**, v. 1, n. 1, 2013.

AGÊNCIA BRASIL. Taxa média de desemprego em 2023 é menor desde 2014. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2024-01/taxa-media-de-desemprego-em-2023-e-menor-desde-2014#:~:text=A%20s%C3%A9rie%20hist%C3%B3rica%20do%20IBGE,em%202021%2C%20pico%20da%20s%C3%A9rie>. Acesso em: 21 jan. 2024.

AMITRANO, Cláudio Roberto; MAGALHÃES, Luis Carlos Garcia de; SILVA, Mauro Santos. **Medidas de enfrentamento dos efeitos econômicos da Pandemia Covid-19: Panorama internacional e análise dos casos dos Estados Unidos, do Reino Unido e da Espanha**. Texto para discussão nº 2559, Brasília, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2020.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Boletim do Banco Central do Brasil: **relatório anual 2015**. Brasília: Banco Central do Brasil, v. 51, set. 2016.

BARBOSA, Nathalia Pelegrino; SANTOS, Isabela Machado dos; KOPKE, Vanessa Diniz de Carvalho; PEREIRA, Gislene Araujo. A inadimplência das famílias brasileiras: **Cadernos de Estudos Interdisciplinares**, UNIFAL-MG, v. 5, n. 1, p. 53–68, 2023.

BLANCHARD, Oliver – **Macroeconomia**. 3ª Edição. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004.

BAZERMAN, Max H. **Processo decisório**. 5.ed. São Paulo: Campus, 2004.

BORTOLUZZI, D.A.; BOLIGON, J.A.R.; HOLLVEH, S.D.S.; MEDEIROS, F.S.B. Aspectos do endividamento das famílias brasileiras no período de 2011-2014. **PERSPECTIVA, Erechim**. v. 39, n.146, p. 111-123, junho/2015

BRASIL. Lei Federal nº 13.982, de dia 02 de abril de 2020. **Estabelece medidas excepcionais de proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19) responsável pelo surto de 2019**. Disponível em: Acesso em: 15 Mar. 2024.

CAMPARA, Jéssica Pulino; VIEIRA, Kelmara Mendes. Beneficiários do Programa Bolsa Família: relações com as finanças e impacto na satisfação global de vida. **Nova Economia, [S. l.]**, v. 26, n. 3, p. 981–1006, 2016. DOI: [10.1590/0103-6351/2892](https://doi.org/10.1590/0103-6351/2892).

CASTILHO, Mara Lucy; CAMARGO, Nathália Alves. Economia comportamental e tomada de decisão: Aplicação de variantes do teste do reflexo cognitivo. **A economia em Revista**, v.29, n.3, p.45-57; setembro/dezembro 2021.

CNC. **Confederação Nacional de Comércio de Bens, Serviços e Turismo**s. Disponível em: < <https://portaldocomercio.org.br/> > acesso em 16 fev.2024.

CHU, V. **Principais Fatores Macroeconômicos da Inadimplência Bancária no Brasil**. In: BANCO CENTRA DO BRASIL. Juros e spread bancário no Brasil. Brasília, 2001. Disponível em: <[http://www.bcb.gov.br/ftp/jurospsread112001.pdf](http://www.bcb.gov.br/ftp/jurospspread112001.pdf)>. Acesso em: 14 Dez. 2023.

CURSO DE ECONOMETRIA **Introdução a Estatística Descritiva: Conceitos e Aplicações** Prof. Dr. Sinézio Fernandes Maia.

FECOMERCIO.SP. **Pesquisa de endividamento e inadimplência do consumidor**. FecomercioSP. 2023. Disponível em: <<https://www.fecomercio.com.br/pesquisas/indice/peic>>. Acesso em: 6 ago. 2023.

FRANK, Robert H. **Microeconomia e Comportamento**. Alfragide: Editora McGraw-Hill, 1998, São Paulo, n. 34, p. 123-162, fev. 2013.

HALFELD, Mauro; TORRES, Flavio de Freitas L. Finanças Comportamentais: aplicações no contexto brasileiro. **RAE – Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 41, n. 2, p. 64-71, 2001.

HERLING, Luiz Henrique.; MORITZ, Gilberto de Oliveira; SANTOS, Aldecio Machado dos; SOARES, Thiago Coelho; BACK, Rafael Bourdot. A inadimplência nas instituições de ensino superior: um estudo de caso na instituição XZX. **Revista Gual**, Florianópolis, Vol.6, n. 2, abr. 2013.

IBGE. Desemprego fica estável em 8,5% no trimestre até abril, menor taxa para o período desde 2015 | **Agência de Notícias. Agência de Notícias - IBGE**. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37022-desemprego-fica-estavel-em-8-5-no-trimestre-ate-abril-menor-taxa-para-o-periodo-desde-2015>>. Acesso em: 6 ago. 2023.

IBGE.Com pandemia, 20 estados têm taxa média de desemprego recorde em 2020 | **Agência de Notícias. Agência de Notícias - IBGE**. Disponível em: <

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral**. Séries Históricas. Disponível em: >https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?=&t=series-historicas&utm_source=landing&utm_medium=explica&utm_campaign=desemprego. > Acesso em: 12 set. 2024.

IPEADATA. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)**. Disponível em: > peadata.gov.br > Acesso em: 11 Jan. 2024.

KAHNEMAN, Daniel., & TVERSKY, Amos. **Prospect theory: an analysis of decision under risk**. *Econometrica*, 47(2), 263-292. DOI: <https://doi.org/10.2307/1914185>,(1979).

KAHNEMAN, Daniel. **Thinking fast and slow**. Nova York: Farrar, Straus and Giroux, (2011).

KEYNES, John Maynard. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

Lei no. 9.394/96 - das Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

LUCENA, Wenner Glaucio Lopes et al. Fatores que influenciam o endividamento e a inadimplência no setor imobiliário da cidade de Toritama-PE à luz das finanças comportamentais. **Holos**, v. 6, p. 90-113, 2014.

MACÊDO, Sara Martins de. **A importância da educação financeira nas escolas na perspectiva do consumo infantil**. Monografia (Graduação), Ciências Econômicas, Universidade Federal Rural de Pernambuco, 59f. 2016.

MARQUES, M. L. M; FRADE, C. **Regular o sobreendividamento**. Coimbra, 2003. Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, 2003.

MDS. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**. Disponível em:> <https://www.gov.br/mds/pt-br>< Acesso em: 16 fev.2024.

NAZARENO, Luísa de Azevedo; VASCONCELOS, Ana Maria Nogales. Transferências Condicionadas de Renda: Origens, Fundamentos e Tendências Recentes na África Subsaariana. **Boletim de Economia e Política Internacional - BEPI**.n. 19, Jan./Abr. 2015. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5199/1/BEPI_n19_Transfer%c3%aancias.pdf. Acesso em 15 de março de 2024.

OECD. **OECD's Financial Education Project**, 2004. Disponível em: <www.oecd.org>. Acesso em 18 jan. 2024.

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. IBGE, Disponível: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101736_informativo.pdf Acesso em 11 jan. 2024.

SANFEY, Alan G. **Social Decision-making: insights from game theory e neuroscience**. Science, 318(5850), 598-602. DOI: 10.1126/science.1142996, (2007).

SOUSA, Clara Tronca de. **Economia comportamental: a influência dos nudges nas escolhas econômicas individuais dos brasileiros endividados**. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) - Faculdade de Economia, Administração, Contábeis e Atuariais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2022.

SOUZA, Renata Kelli de. **Fatores demográficos determinantes da inadimplência entre os estados brasileiros**. 2017. 49 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração) – Insper Instituto de Ensino e Pesquisa, São Paulo, 2017.

SORDI, Denise de. Empobrecimento, fome e pandemia: o Auxílio Emergencial, o fim do Programa Bolsa Família e o Auxílio Brasil, 2019-2022. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 30, p. e2023032, 2023.

TAVARES, Priscilla de Albuquerque. O Efeito do Programa Bolsa Família sobre a Oferta de Trabalho das Mães. **Anais do XXXVI Encontro Nacional de Economia [Proceedings of the 36th Brazilian Economics Meeting]**, Anais do XXXVI Encontro Nacional de Economia [Proceedings of the 36th Brazilian Economics Meeting]. [S. l.], Anais do XXXVI Encontro Nacional de Economia [Proceedings of the 36th Brazilian Economics Meeting], 2008. Disponível em: <https://ideas.repec.org/p/anp/en2008/200807211028050.html>. Acesso em: 27 mar. 2024.

WEISSEIMER, Marcos Aurélio. **Bolsa Família: avanços, limites e possibilidades de programa que está transformando a vida de milhões de famílias no Brasil**. São Paulo: Editora fundação Perseu Abramo, 2006.

ANEXOS

Tabela A.1. Percentual de famílias endividadas no Brasil – Média anual

Ano	Endividadas	Contas em Atraso	Não Terão Condições de Pagar
2016	60,20%	24,20%	9,20%
2017	60,80%	25,40%	10,20%
2018	60,30%	24,00%	9,70%
2019	63,60%	24,00%	9,60%
2020	66,50%	25,50%	11,00%
2021	70,90%	25,20%	10,50%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PEIC/CNC

Tabela A.2. Percepção sobre o nível de endividamento no Brasil

Ano	Muito endividado	Mais ou menos endividado	Pouco endividado	Não tem dívidas
2016	14,50%	21,30%	21,30%	39,60%
2017	14,60%	22,50%	23,80%	39,00%
2018	13,30%	23,00%	23,9	39,50%
2019	13,30%	23,30%	27,00%	36,20%
2020	14,90%	24,10%	27,50%	33,30%
2021	14,50%	25,50%	30,90%	29,10%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Peic/CNC

Tabela A.4. Taxa de Inadimplência – Por Faixa de Renda

Ano	Até 10 SM	Acima 10 SM
2016	10,50%	3,70%
2017	11,80%	3,90%
2018	11,30%	3,70%
2019	11,20%	3,20%
2020	12,80%	4,50%
2021	12,40%	3,10%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PEIC/CNC